

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****2ª VARA CÍVEL****RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1004618-34.2014.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Cumprimento de Sentença - Valor da Execução / Cálculo / Atualização**
 Exequente: **Marlene Aparecida Pedrino Mascarin e outros**
 Executado: **BANCO DO BRASIL**

Juiz de Direito: Dr. **MARCELO LUIZ SEIXAS CABRAL**

Vistos.

Trata-se de cumprimento de sentença intentado por **MARLENE APARECIDA PEDRINO MASCARIN, EDUARDO MASCARIN JÚNIOR e RACHEL CRISTINA MASCARIN**, herdeiros de **Eduardo Mascarin**, em face de **BANCO DO BRASIL S/A**. Preliminarmente, requereram a gratuidade ou, subsidiariamente, o diferimento das custas processuais ao final do processo, e a tramitação prioritária do feito. No mérito, requereram o pagamento dos valores oriundos da reposição dos expurgos inflacionários em relação às contas poupança de números 100.028.751-0 (fl. 37) e 110.028.751-2 (fl. 43), referentes ao Plano Verão.

Acostados à inicial vieram os documentos de fls. 23/49.

Deferido o diferimento das custas ao final do processo (fls. 50/51).

Citado (fl. 57), o banco ofertou impugnação ao cumprimento de sentença (fls. 60/92) e realizou o depósito do valor cobrado (fl. 58).

Manifestação à impugnação às fls. 96/110.

Determinada a emenda à inicial (fls. 112/113).

Houve a interposição de Agravo de Instrumento pelos exequentes (fls. 116/126) em face da decisão de fls. 112/113.

Proferida decisão julgando improcedente a impugnação ficando estabelecidos os parâmetros para a elaboração dos cálculos (fls. 149/153).

Interposto Agravo de Instrumento pelo executado (fls. 156/192), improvido (fls. 213/233 e 314/333).

A decisão de fl. 234 indeferiu o pedido de levantamento de valores ofertado pela parte exequente. Foi interposto Agravo de instrumento pelos exequentes às fls. 237/244, improvido (fls. 246/248).

Foi determinada a suspensão do feito (fl. 252) por força da r. Decisão proferida



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

2ª VARA CÍVEL

RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

nos autos do REsp n. 1.438.263 - SP. Houve a interposição de Agravo de Instrumento pelos exequentes (fls. 255/263), provido (fl. 265/269). Levantada a suspensão do feito pela decisão de fl. 290.

Determinada a remessa dos autos ao contador judicial para elaboração dos cálculos (fl. 348).

Instados a comprovarem a inexistência de outras ações visando o recebimento do mesmo crédito (fl. 389), os exequentes se manifestaram à fl. 392 e trouxeram documentos às fls. 393/399.

Cálculo de liquidação às fls. 437/449.

Manifestação da parte exequente sobre o laudo à fl. 455 sendo que o executado se manteve inerte.

É o relatório.

Decido.

Pois bem, discute-se o valor do crédito sobre o qual se desdobra a execução judicial. Já foram estipulados os exatos parâmetros a serem obedecidos para a elaboração do cálculo para apuração dos valores devidos na decisão de fls. 149/153 e na decisão proferida nos autos do Agravo de Instrumento 2107678-21.

Adveio laudo do contador judicial às fls. 437/449, adstrito aos exatos termos dos títulos exequendos e das decisões proferidas nos autos.

Os exequentes manifestaram sua concordância quanto ao valor apurado (fl. 455), e o executado se manteve inerte (fl. 456). Não há qualquer motivo para desabonar o trabalho do contador que, conforme já mencionado, realizou o cálculo à contento, observando as determinações judiciais.

Friso apenas que é incabível o acréscimo de valores a título de honorários advocatícios. Entendo que a condenação em honorários advocatícios, na ação principal, coletiva, não recai sobre os cumprimentos de sentenças individuais. Ademais, a teor da Súmula 519, do STJ "na hipótese de rejeição da impugnação ao cumprimento de sentença, não são cabíveis honorários advocatícios"

Assim, os valores dos honorários advocatícios (R\$ 1.854,93 e R\$ 862,62) indicados no laudo pericial (fl. 442 e 448) não são devidos e deverão ser subtraídos do cálculo.

Dessa forma, **HOMOLOGO O CÁLCULO** elaborado pelo expert às fls. 437/449, observando-se a não incidência dos honorários advocatícios.

Considerando que há depositado nos autos valor suficiente para a satisfação da



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

obrigação pretendida, **JULGO EXTINTO o feito**, nos termos do art. 924, inciso II, do NCPC.

Com o trânsito em julgado desta sentença e **decorrido o prazo estabelecido pelo provimento 68/2018, do CNJ**, expeça-se mandado de levantamento em favor dos exequentes, referente ao depósito efetuado em juízo de fl. 58, **no valor de R\$ 36.218,59**, com os devidos acréscimos legais.

O valor remanescente deverá ser liberado em favor do banco executado, ficando condicionado o levantamento do valor, ao recolhimento das custas e despesas processuais, diferidas e das custas finais, nos termos do art. 4º, inciso III, da Lei Estadual nº 11.608/2003.

Cumpridas as determinações, dê-se baixa no feito e archive-se definitivamente.

P.I.

São Carlos, 20 de agosto de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**